

TALAVERA, Glauber Moreno. **Aspectos jurídicos controversos dos juros e da comissão de permanência**. 2. ed. São Paulo: Pillares, 2014. 320 p.

TALAVERA, Glauber Moreno. **Aspectos jurídicos controversos dos juros e da comissão de permanência**. 2. ed. São Paulo: Pillares, 2014. 320 p. ---- *Localização: 347.755(81) / T141a / 2.ed*

<b>I</b>	
<b>O Contexto de Inserção da Comissão de Permanência</b>	
<b>1</b>	<b>Primeiras linhas sobre a comissão de permanência . . . . . 19</b>
<b>2</b>	<b>Referências à origem dos juros monetários . . . . . 27</b>
<b>3</b>	<b>Os juros monetários desde a antiguidade . . . . . 31</b>
<b>4</b>	<b>Os juros monetários na história do Brasil . . . . . 69</b>
<b>5</b>	<b>O empréstimo como pressuposto dos juros monetários . . . . . 101</b>
<b>6</b>	<b>Os juros sob uma perspectiva econômica . . . . . 109</b>
<b>7</b>	<b>Os juros sob uma perspectiva jurídica . . . . . 115</b>
<b>8</b>	<b>Pressupostos da contratação de mútuo bancário. . . . . 123</b>
<b>9</b>	<b>Classificação dos juros . . . . . 127</b>
9.1	Os juros quanto à sua origem . . . . . 127

9.1.1	Os juros legais e os juros convencionais . . . . .	127
9.2	Os juros quanto à inflação . . . . .	130
9.2.1	Os juros nominais e os juros reais . . . . .	130
9.3	Os juros quanto ao regime de capitalização . . . . .	133
9.3.1	Os juros simples e os juros compostos . . . . .	133
9.4	Os juros quanto ao momento da indexação . . . . .	143
9.4.1	Os juros pré-fixados e os juros pós-fixados . . . . .	143
9.5	Os juros quanto à sua natureza jurídica . . . . .	144
9.5.1	Os juros remuneratórios, os juros moratórios e os juros compensatórios . . . . .	144
9.5.1.1	Juros remuneratórios . . . . .	144
9.5.1.2	Os juros moratórios . . . . .	145
9.5.1.3	Os juros compensatórios . . . . .	150
<b>10</b>	<b>Composição do <i>spread</i> bancário e a desarrazoada     pretensão de tabelamento dos juros . . . . .</b>	<b>157</b>

## II

### **A Comissão de Permanência Propriamente Dita: Elementos Delineadores**

<b>1</b>	<b>Comissão de permanência – Conceito . . . . .</b>	<b>173</b>
<b>2</b>	<b>A legitimidade da fonte da qual emana a autorização     para a cobrança da comissão de permanência . . . . .</b>	<b>177</b>
2.1	Conceito de mercado financeiro . . . . .	179

2.2	A estruturação do Sistema Financeiro Nacional. . . . .	181
2.3	A regulação do Sistema Financeiro Nacional e a doutrina da separação dos poderes . . . . .	192
2.4	Fundamentos jurídico-econômicos da supervisão estatal da atividade bancária . . . . .	199
2.5	A competência normativa do Conselho Monetário Nacional . . . . .	209
2.6	O Conselho Monetário Nacional e o Código de Defesa do Consumidor. . . . .	221
<b>3</b>	<b>As razões de ordem prática que ensejam a cobrança da comissão de permanência: descasamento entre ativos e passivos e risco de refinanciamento em condições adversas . . . . .</b>	<b>229</b>
<b>4</b>	<b>A comissão de permanência sob a ótica das perdas e danos. . . . .</b>	<b>233</b>
<b>5</b>	<b>O enquadramento da comissão de permanência na categoria dos juros compensatórios . . . . .</b>	<b>239</b>
<b>6</b>	<b>A inexistência de potestatividade nas disposições contratuais estipuladoras da comissão de permanência . . .</b>	<b>243</b>
<b>7</b>	<b>O descabimento da cobrança da comissão de permanência à taxa <i>SELIC</i> . . . . .</b>	<b>247</b>
<b>8</b>	<b>A cobrança da comissão de permanência: natureza diversa de institutos congêneres como os juros moratórios, a correção monetária e a cláusula penal . . . . .</b>	<b>251</b>
8.1	Os juros moratórios . . . . .	251

8.2 Os juros remuneratórios .....	253
8.3 A cláusula penal .....	255
8.4 A correção monetária .....	258
<b>Posfácio</b> .....	<b>263</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>265</b>
<b>Anexo I</b>	
<b>Normativos do Banco Central</b> .....	<b>295</b>
<b>Anexo II</b>	
<b>Superior Tribunal de Justiça</b> .....	<b>313</b>